

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	51.927.546
Preferenciais	0
Total	51.927.546
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.518.438	2.515.969
1.01	Ativo Circulante	533.520	537.970
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.569	50.136
1.01.03	Contas a Receber	452.902	464.083
1.01.03.01	Clientes	428.780	454.322
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	465.718	489.762
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-36.938	-35.440
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.122	9.761
1.01.03.02.01	Conta a receber de partes relacionadas	1.493	2.002
1.01.03.02.02	Adiantamentos a fornecedores	572	1.349
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	18.640	2.327
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	3.417	4.083
1.01.04	Estoques	1.598	1.682
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.612	21.492
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.612	21.492
1.01.07	Despesas Antecipadas	839	577
1.02	Ativo Não Circulante	1.984.918	1.977.999
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	218.187	227.990
1.02.01.03	Contas a Receber	478	15.139
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	478	15.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	93.743	93.494
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.168	90.450
1.02.01.06.02	Ativos fiscais diferidos	3.575	3.044
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	123.966	119.357
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	24.279	23.601
1.02.01.09.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.09.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	99.508	95.527
1.02.01.09.07	Outro realizáveis a longo prazo	179	229
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	380	380
1.02.04	Intangível	1.729.490	1.705.918
1.02.04.01	Intangíveis	1.729.490	1.705.918
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.729.490	1.705.918
1.02.05	Diferido	36.861	43.711

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.518.438	2.515.969
2.01	Passivo Circulante	671.002	714.083
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.733	7.373
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.733	7.373
2.01.02	Fornecedores	357.970	381.395
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	357.970	381.395
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	162.042	129.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	162.042	129.804
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.042	129.804
2.01.05	Outras Obrigações	142.257	195.511
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.973	579
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.973	579
2.01.05.02	Outros	135.284	194.932
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	75.249	75.249
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	10.448	12.138
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	6.685	5.541
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	42.902	102.004
2.02	Passivo Não Circulante	843.998	858.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	598.199	604.484
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	598.199	604.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	598.199	604.484
2.02.02	Outras Obrigações	167.552	175.404
2.02.02.02	Outros	167.552	175.404
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	105.446	104.755
2.02.02.02.06	Demais contas a pagar	11.276	19.819
2.02.02.02.07	Concessão a pagar	50.830	50.830
2.02.04	Provisões	78.247	78.193
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	78.247	78.193
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.698	12.429
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.975	35.668
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	30.574	30.096
2.03	Patrimônio Líquido	1.003.438	943.805
2.03.01	Capital Social Realizado	362.585	362.585
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	603.294	603.294
2.03.04.01	Reserva Legal	72.517	72.517
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	240.660	240.660
2.03.04.10	Reserva de expansão	290.117	290.117
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.663	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-25.298	-24.268

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	876.173	756.131
3.01.01	Venda de Gás	816.562	713.486
3.01.02	Contratos de Construção	37.506	27.705
3.01.03	Outras Receitas	22.105	14.940
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-669.562	-563.940
3.02.01	Custo de Gás e Serviços	-632.056	-536.235
3.02.02	Custo dos Contratos de Construção	-37.506	-27.705
3.03	Resultado Bruto	206.611	192.191
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-91.634	-89.474
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.913	-81.712
3.04.02.01	Pessoal	-23.100	-21.649
3.04.02.02	Utilidades, Materiais e Serviços	-4.961	-4.763
3.04.02.03	Serviços e Outros Gastos Gerais	-31.460	-29.674
3.04.02.04	Amortização do Intangível e Diferido	-27.404	-24.272
3.04.02.05	Obrigações com Fundo de Pensão	-988	-1.354
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.721	-7.762
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais Líquidas	-3.721	-7.762
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	114.977	102.717
3.06	Resultado Financeiro	-22.580	-12.825
3.06.01	Receitas Financeiras	5.835	5.031
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.415	-17.856
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	92.397	89.892
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.734	-30.813
3.08.01	Corrente	-31.452	-29.900
3.08.02	Diferido	-282	-913
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.663	59.079
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	60.663	59.079
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,16820	1,13770

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	60.663	59.079
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.030	-1.030
4.02.01	Despesas com Fundo de Pensão	-1.030	-1.030
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.633	58.049

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.150	8.476
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-100.099	-111.962
6.01.01.01	Juros Pagos	-8.667	-9.224
6.01.01.02	IR e CSLL pagos	-86.461	-97.769
6.01.01.03	IRRF sobre JCP pagos	-4.971	-4.969
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.316	-3.597
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	24.044	-20.784
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	77.414	87.579
6.01.02.03	Estoques	84	-597
6.01.02.04	Outros ativos	-5.068	-2.737
6.01.02.05	Fornecedores	-23.425	39.057
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	1.360	1.150
6.01.02.07	Tributos a recolher	-85.866	-102.217
6.01.02.08	Partes relacionadas	6.903	117
6.01.02.09	Obrigações com fundo de pensão	-2.029	-1.460
6.01.02.10	Outros passivos	-7.399	-2.885
6.01.02.11	Créditos restituíveis	666	-820
6.01.03	Outros	138.565	124.035
6.01.03.01	Lucro líquido antes IR/CSL	92.397	89.892
6.01.03.02	Amortização do intangível e diferido	27.405	24.272
6.01.03.04	Juros, var. monet. e cambiais sobre empréstimo e prov. para crédito de liquidação duvidosa	18.763	9.871
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.848	-33.967
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-39.852	-33.967
6.02.02	Recebimento pela venda do ativo intangível	4	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.131	-16.869
6.03.01	Amortização de empréstimos	-16.869	-16.869
6.03.02	Ingressos de empréstimo	30.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.567	-42.360
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.136	56.791
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.569	14.431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.663	-1.030	59.633
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.663	0	60.663
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.030	-1.030
5.05.02.06	Resultado Fundo de Pensão	0	0	0	0	-1.030	-1.030
5.07	Saldos Finais	362.585	2.194	603.294	60.663	-25.298	1.003.438

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	362.343	2.194	618.406	0	-31.219	951.724
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	362.343	2.194	618.406	0	-31.219	951.724
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.079	-1.030	58.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.079	0	59.079
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.030	-1.030
5.05.02.06	Resultado Fundo de Pensão	0	0	0	0	-1.030	-1.030
5.07	Saldos Finais	362.343	2.194	618.406	59.079	-32.249	1.009.773

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	993.840	872.518
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	995.521	845.487
7.01.02	Outras Receitas	527	664
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	527	664
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	27.705
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.208	-1.338
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-781.389	-675.389
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-669.565	-536.236
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.824	-111.448
7.02.04	Outros	0	-27.705
7.02.04.01	Custo ref. a Construção de Ativos Próprios	0	-27.705
7.03	Valor Adicionado Bruto	212.451	197.129
7.04	Retenções	-27.404	-24.271
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.404	-24.271
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	185.047	172.858
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.835	5.031
7.06.02	Receitas Financeiras	5.835	5.031
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.882	177.889
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.882	177.889
7.08.01	Pessoal	19.041	17.976
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.930	13.430
7.08.01.02	Benefícios	3.960	3.518
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.151	1.028
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	80.389	80.839
7.08.02.01	Federais	52.513	55.534
7.08.02.02	Estaduais	27.494	24.943
7.08.02.03	Municipais	382	362
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.789	19.995
7.08.03.01	Juros	28.414	17.857
7.08.03.02	Aluguéis	2.375	2.138
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.663	59.079
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.663	59.079

Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no primeiro trimestre foi de 1.467.686 mil metros cúbicos, com um incremento de 19,6% em comparação ao primeiro trimestre de 2014. O mercado convencional, isoladamente, apresentou decréscimo de 1,9% com um volume total de 392.548 mil metros cúbicos, principalmente impactados pelo segmento comercial, que apresentou uma redução de 5,7% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando um volume de 21.225 mil metros cúbicos; impactado principalmente pelo menor consumo de gás por clientes que utilizam o insumo para climatização de ambientes. No mercado termelétrico, foi registrado um incremento em comparação com primeiro trimestre de 2014, com despacho total de 1.075.138 mil metros cúbicos, 30,0% superior ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, a redução das chuvas propiciando redução dos reservatórios das hidrelétricas, o que fez com que o ONS acionasse mais as UTE's que estão na área de concessão da CEG. Os mercados doméstico e comercial somaram um total 51.235 metros cúbicos neste trimestre, apresentando queda de 3,5% frente ao mesmo período de 2014 e o mercado de GNV apresentou redução de 2,5% em relação ao mesmo período de 2014, alcançando um volume de 189.478 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste segundo trimestre de 2014 foi de R\$ 246.311, o que representa um aumento de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 89.798, superior em 4,3% ao obtido no mesmo período do ano anterior, principalmente pelo menor custo de bens/serviços e melhor resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no primeiro trimestre de 2015 atingiu o montante de R\$ 169.881 mil contra R\$ 165.242 mil em igual período de 2014.

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2015 somaram R\$ 38.237 com uma redução de 11,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao menor volume de projetos de expansão, compensando em parte por maiores projetos de renovação e manutenção da rede de gás (principalmente ligados a demandas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). Neste primeiro trimestre de 2015, os investimentos foram aplicados basicamente em conservação e renovação de redes, com 52,5% destinados a expansão de redes e 47,5% para os demais.

A Companhia atingiu, ao final do primeiro trimestre de 2015, o total de 829 mil clientes o que representa um crescimento de 2,9% comparado ao mesmo período de 2014.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. (CEG) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti e, a partir dezembro de 2014, Mangaratiba e Maricá, conforme mencionado na Nota 14.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.9 e 14).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal em 11 de maio de 2015.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas por alguns ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em consonância com os requerimentos do CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 23.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 7).

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.6 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.8 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 13).

2.9 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão.

Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 14).

(ii) **Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a cinco anos

(iii) **Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 14).

2.10 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 15).

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 21).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do trimestre.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do período, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.19 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20 Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de março de 2015 foi de R\$ 193.132 (R\$ 217.974 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda em 31 de março de 2015 de R\$ 31.564 (R\$ 52.713 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de março de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
----------------------------	---------------------------------	------------------------------------

Em 31 de março de 2015

12 de 40

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Fornecedores e concessões a pagar	363.864	50.830	
Empréstimos e financiamentos	163.368	316.289	469.365
Contas a pagar - assunção de dívida	10.448		
Contas a pagar - partes relacionadas	6.973		

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de março de 2015, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 711.672, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 24 de abril de 2015, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 13,13% e uma TJLP estimada em 6,5%, cenário provável para o ano de 2015.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/03/2015 - %	12,60	12,60	12,60
Dívida líquida - bancos	612.497	612.497	612.497
Taxa anual estimada do CDI em 31/03/2015 - %	13,13	16,41	19,70
Despesa financeira	3.246	23.351	43.457
IR E CS	1.104	7.939	14.775
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	2.143	15.412	28.681

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 31/03/2015 - %	6,00	6,00	6,00
Dívida líquida - BNDES	99.175	99.175	99.175
Taxa TJLP estimada em 31/03/2015 - %	6,50	8,13	9,75
Despesa financeira	496	2.107	3.719
IR E CS	169	717	1.264
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	327	1.391	2.455

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	760.241	734.288
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(48.569)</u>	<u>(50.136)</u>
Dívida líquida	711.672	684.152
Total do patrimônio líquido	<u>1.003.438</u>	<u>943.805</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>1.715.110</u>	<u>1.627.957</u>
Índice de alavancagem financeira - %	41	42

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O índice de alavancagem financeira no 1º trimestre de 2015 se manteve estável em comparação com o último trimestre do ano anterior. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas nos exercícios, operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****5 Instrumentos financeiros por categoria**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Contas a receber de clientes	465.718	489.762
Caixa e equivalentes de caixa	48.569	50.136
Depósitos Judiciais	99.508	95.527
	<u>613.795</u>	<u>635.425</u>
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>		
Empréstimos	760.241	734.288
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	414.694	432.813
	<u>1.174.935</u>	<u>1.197.101</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 849.261 (não auditado) clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	32.679	23.729
Aplicações financeiras	15.890	26.407
	<u>48.569</u>	<u>50.136</u>

A Companhia possui aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração a taxa média de 100% do CDI e possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****8 Contas a receber de clientes**

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	254.621	254.495
Do setor público	<u>11.593</u>	<u>10.780</u>
	<u>266.214</u>	<u>265.275</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	191.058	215.647
Do setor público	<u>2.074</u>	<u>2.327</u>
	<u>193.132</u>	<u>217.974</u>
Vendas de equipamentos	<u>6.372</u>	<u>6.513</u>
	<u>465.718</u>	<u>489.762</u>

No primeiro trimestre de 2015 as tarifas de gás natural da CEG foram reajustadas em 3,66% referentes a variação de preços ocorrida no período de novembro de 2013 a novembro de 2014 e incremento de 0,05% do custo médio ponderado de aquisição, aplicados a partir de março de 2015.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer		
Faturado	204.084	183.634
Não faturado	193.132	217.974
Vencidas		
Até três meses	24.305	46.497
De três a seis meses	7.259	6.216
Acima de seis meses (a)	<u>36.938</u>	<u>35.441</u>
	<u>465.718</u>	<u>489.762</u>

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2014	35.440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.412
Recuperação de provisão de créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.914)</u>
Em 31 de março de 2015	<u>36.938</u>

17 de 40

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9 Tributos a recuperar

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda retido na fonte	1.799	2.669
FINSOCIAL (a)	13.800	13.800
ICMS a recuperar (b)	12.605	11.868
Contribuição Social (c)	9.704	1.535
Outros (d)	<u>15.983</u>	<u>15.221</u>
	<u>53.891</u>	<u>45.093</u>
Circulante	<u>(29.612)</u>	<u>(21.492)</u>
Não circulante	<u>24.279</u>	<u>23.601</u>

- (a) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 22(a(ii))).
- (b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 4.029 (R\$ 4.140 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$ 2.126 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.903 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 8.576 classificados no longo prazo, (R\$ 7.728 em 31 de dezembro de 2014) referentes, principalmente, a créditos de ICMS referente a compra de gás junto à Petrobrás acumulados até o período a serem utilizados em período seguinte.
- (c) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (d) Refere-se, substancialmente, a créditos de PIS e COFINS devido a regime especial aplicado a Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Composição**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.742	93.494
	<u>93.742</u>	<u>93.494</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Obrigações de fundo de pensão	50.449	49.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.399	4.870
Provisão para contingências	30.694	30.675
Mudança de prática - novos CPC's (*)	(4.129)	(3.874)
Fornecedores	4.546	5.450
Outras	6.784	7.034
Ativo não circulante	<u>93.742</u>	<u>93.494</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita de ajuste a valor presente	(866)	(853)
Juros e variação monetária Gasius (nota 21)	(3.263)	(3.021)
	<u>(4.129)</u>	<u>(3.874)</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>						
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	49.339	4.870	30.675	(3.874)	5.450	7.034	93.494
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	579	529	19	(255)	(904)	(250)	(282)
Creditado (debitado) no Imposto corrente	531						531
Em 31 de março de 2015	<u>50.449</u>	<u>5.399</u>	<u>30.694</u>	<u>(4.129)</u>	<u>4.546</u>	<u>6.784</u>	<u>93.743</u>

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	14.391
2017	18.034
2018	18.034
2019	18.034
2020	18.034
2021	3.607
2022	3.607
	<u>93.743</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	110	6.960		36	2.637
CEG Rio S.A.	1.240			3.153	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	111			210	
Gás Natural Serviços S.A.	23			63	
Gás Natural Engineering		13			
Gás Natural do Brasil S.A.	9			4	94
	<u>1.493</u>	<u>6.973</u>		<u>3.466</u>	<u>2.731</u>
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 17)		48.934	57.009		
Em 31 de março de 2015	<u>1.493</u>	<u>55.908</u>	<u>57.009</u>	<u>3.466</u>	<u>2.731</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>2.002</u>	<u>58.023</u>	<u>65.400</u>	<u>13.192</u>	<u>10.767</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito, liquidados no curto prazo.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por esses serviços está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Salários e encargos	1.450	1.296
Honorários de diretoria	780	1.025
Participação nos lucros	1.248	1.055
Planos de aposentadoria e pensão	32	31
Outros benefícios	191	122
	<u>3.701</u>	<u>3.529</u>
12 Demais contas a receber	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Adiantamentos a funcionários	1.055	483
Cartões corporativos	163	203
Outros devedores (i)	17.900	16.780
	19.118	17.466
Circulante	<u>(18.640)</u>	<u>(16.988)</u>
Não circulante	<u>478</u>	<u>478</u>
(i)	O saldo remanescente registrado no ativo circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,7 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discutia com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais, onde o acordo definitivo saiu no dia 24 de março de 2015, sendo depositado em conta corrente no dia 2 de abril de 2015.	
13 Depósitos judiciais	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ICMS (a)	3.028	2.994
INSS (a)	19.219	18.640
Processo Administrativo - SRF (b)	6.485	6.387
CIDE (c)	10.083	9.814
Penhora Judicial (d)	20.213	19.905
Trabalhistas	31.262	28.894
Outros	9.218	8.893
	<u>99.508</u>	<u>95.527</u>
(a)	Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.	
(b)	Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.	

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 22(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$10.702) e cíveis (R\$ 9.364). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$ 4.638).

14 Intangível

	Servidões de Passagem	Software	Contrato de concessão	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desen- volvimento	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2014	751	10.766	1.220.452	1.231.969	158.872	4.028	1.394.869
Aquisição	152.490	4.029	40.905	197.424	167.594	17.532	382.550
Baixa líquida			(10)	(10)			(10)
Transferência para intangível em operação			149.464	149.464	(149.464)	(4.029)	(4.029)
Amortização	(147)	(3.984)	(63.330)	(67.460)			(67.460)
Ajuste		1		(1)	(1)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	153.094	10.812	1.347.481	1.511.386	177.001	17.531	1.705.918
Custo total	156.117	81.735	2.178.467	2.416.319	177.001	17.531	2.610.851
Amortização acumulada	(3.023)	(70.924)	(830.986)	(904.932)	-	-	(904.932)
Ajuste		1		(1)			(1)
Valor residual	153.094	10.812	1.347.481	1.511.386	177.001	17.531	1.705.918
Saldos em 1 de janeiro de 2015	153.094	10.812	1.347.481	1.511.386	177.001	17.531	1.705.918
Aquisição			5.608	5.608	38.683	(160)	44.131
Baixa líquida			(4)	(4)			(4)
Transferência para intangível em operação			122.432	122.432	(122.432)		-
Amortização	(2.578)	(924)	(17.053)	(20.555)			(20.555)
Saldos em 31 de Março de 2015	150.516	9.888	1.458.463	1.618.867	93.252	17.371	1.729.489
Custo total	156.117	81.735	2.306.503	2.544.355	93.252	17.371	2.654.977
Amortização acumulada	(5.601)	(71.848)	(848.039)	(925.487)	-	-	(925.487)
Ajuste		1		(1)			(1)
Valor residual	150.516	9.888	1.458.463	1.618.867	93.252	17.371	1.729.489
Taxas anuais de amortização (%)	5 e 6,7	20					

- (a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.
- (c) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.
- (d) Refere-se ao aditivo ao Contrato de concessão firmado entre a Companhia. e o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1 de dezembro de 2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá GNC/GNL. O valor será pago em 3 parcelas de R\$ 79.870, sendo a 1ª parcela paga em 23/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016 e foram reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015 .

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total do Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2014	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731	4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452
Aquisição				1.580	4.050	4.711	1.705	23.359	5.500	40.905
Baixa líquida				-				(10)		(10)
Transferência para imobilizado em operação		702						148.762		149.464
Amortização		(515)	(85)	(2.909)	(898)	(701)	(1.294)	(55.281)	(1.645)	(63.330)
Ajustes			(1)					(1)	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Custo total	1.890	32.221	11.569	112.437	27.221	16.994	16.878	1.949.985	9.270	2.178.467
Depreciação acumulada	-	(25.263)	(9.833)	(96.089)	(21.338)	(8.866)	(11.614)	(654.537)	(3.446)	(830.986)
Ajuste		(1)		1						
Valor contábil atual	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Saldos em 1 de janeiro de 2015	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Aquisição				43	142	21	23	5.379		5.608
Baixa líquida								(4)		(4)
Transferência para imobilizado em operação		2.280						120.152		122.432
Amortização		(131)	(21)	(751)	(370)	(266)	(374)	(14.490)	(650)	(17.053)
Ajustes										-
Saldos em 31 de Março de 2015	1.890	9.106	1.715	15.642	5.655	7.882	4.914	1.406.484	5.174	1.458.463
Custo total	1.890	34.501	11.569	112.480	27.363	17.015	16.901	2.075.511	9.270	2.306.503
Depreciação acumulada	-	(25.394)	(9.854)	(96.840)	(21.708)	(9.132)	(11.988)	(669.027)	(4.096)	(848.039)
Ajuste		(1)		1						
Valor contábil atual	1.890	9.106	1.715	15.642	5.655	7.882	4.914	1.406.484	5.174	1.458.463
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

Os juros capitalizados no período findo em 31 de março de 2015 foram de R\$ 4.279 (R\$ 11.791 em 31 de dezembro de 2014) à taxa média de 13,12% (11,68% em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****15 Diferido**

	<u>Conversão</u>	<u>Captação de Clientes</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2014	29.330	46.220	-	75.550
Aquisição				-
Amortização	(14.363)	(17.476)		(31.839)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.967	28.744	0	43.711
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(222.752)	(172.176)	(1.109)	(396.037)
Valor residual	14.967	28.744	-	43.711
Saldos em 1 de janeiro de 2015	14.967	28.744	0	43.711
Aquisição				-
Amortização	(2.814)	(4.037)		(6.850)
Saldos em 31 de Março de 2015	12.153	24.707	0	36.861
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(225.566)	(176.213)	(1.109)	(402.887)
Valor residual	12.153	24.707	0	36.861
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufaturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

16 Fornecedores

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
De gás	262.697	263.279
De materiais	4.295	9.147
De serviços	40.148	58.139
Contrato de Concessão (i)	101.660	101.660
	408.800	432.225
Circulante	(357.970)	(381.395)

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Não circulante	<u>50.830</u>	<u>50.830</u>
----------------	---------------	---------------

(i) Refere-se ao aditivo contratual firmado entre a CEG. e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014 no montante de R\$ 152.490, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016, seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015.

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	105.943	122.845
Linhas de crédito	<u>654.298</u>	<u>611.443</u>
	<u>760.241</u>	<u>734.288</u>
Total do passivo		
Circulante	162.042	129.804
Não circulante	<u>598.199</u>	<u>604.484</u>
	<u>760.241</u>	<u>734.288</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		<u>31/03/2015</u>		<u>31/12/2014</u>		
		<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.	100%	19.265	310.000	11.282	310.000	
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	100%	32.744	80.000	1.882	80.000	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%	48.934	57.009	57.444	65.400	
Banco Santander S.A.	100%		46.391		44.284	
ING Bank	100%	50.725		52.281		
Banco do Brasil S.A.	100%	<u>10.374</u>	<u>104.799</u>	<u>6.915</u>	<u>104.800</u>	
Total empréstimos e financiamentos			<u>162.042</u>	<u>598.199</u>	<u>129.804</u>	<u>604.484</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2015 com um custo médio de captação de 103% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2014).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 107,9% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	254.716	261.001
2017	329.231	329.231
2018	<u>14.252</u>	<u>14.252</u>
	<u>598.199</u>	<u>604.484</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

18 Tributos a recolher

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda a pagar	13.844	65.952
Contribuição social sobre lucro a pagar	333	-
ICMS	14.212	20.124
PIS	1.330	1.138
COFINS	6.126	5.242
Outros	<u>7.057</u>	<u>9.548</u>
	<u>42.902</u>	<u>102.004</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/03/2015		31/03/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>92.397</u>	<u>92.397</u>	<u>89.893</u>	<u>89.893</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(23.099)	(8.315)	(22.473)	(8.090)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Adições Permanentes	(269)	(97)	(119)	(43)
Incentivos Fiscais	46		21	
Outros			(81)	(29)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(23.322)</u>	<u>(8.412)</u>	<u>(22.652)</u>	<u>(8.162)</u>
Alíquota efetiva	<u>25</u>	<u>9</u>	<u>25</u>	<u>9</u>

20 Patrimônio líquido**20.1 Capital social**

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	54,16
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	<u>100,00</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9 milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, de 2014 e no período findo em 31 de março de 2015 não foi constituída a reserva de expansão.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do início de cada exercício.

21 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em março de 2015 no valor de R\$ 10.448 está sendo paga em dia.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	62	65
Inativos	<u>1.069</u>	<u>1.066</u>
	<u>1.131</u>	<u>1.131</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

28 de 40

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.207 (valor original), junto ao plano de pensão Gásius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base para atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 16 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

29 de 40

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Fundo de pensão (Gasius)	486	471
Assistência médica	1.283	1.176
	<u>1.769</u>	<u>1.647</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano de benefícios – GASIUS	10.448	13.149
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.091	6.106
Prêmio aposentadoria	2.355	2.285
Assistência médica para aposentados	97.000	95.352
	<u>115.894</u>	<u>116.893</u>
Circulante	<u>(10.448)</u>	<u>(12.138)</u>
Não circulante	<u>105.446</u>	<u>104.755</u>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	403.628	327.524
Valor justo dos ativos do plano	<u>(347.173)</u>	<u>(375.417)</u>
Déficit (superávit)	(56.455)	(47.893)
Limite assunção de dívida (*)	56.455	47.893
Assunção de dívida GASIUS	<u>10.448</u>	<u>13.149</u>
Passivo líquido	<u>10.448</u>	<u>13.149</u>

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>6.091</u>	<u>6.106</u>
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	<u>2.355</u>	<u>2.285</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Assistência médica a aposentados

Valor presente das obrigações atuariais	<u>97.000</u>	<u>95.352</u>
---	---------------	---------------

Para os demais planos, a Companhia assume as obrigações atuariais integrais, pois os referidos planos não apresentam ativos. O saldo das obrigações atuariais desses planos é composto como segue:

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2014	116.893
Juros sobre obrigações atuariais	1.702
Pagamentos confissão de dívida	(3.096)
Juros confissão de dívida	<u>395</u>
Em 31 de março de 2015	<u>115.894</u>

A composição dos ativos do plano em 31 de março de 2015 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	204.636
Fundos de investimento de renda fixa	53.160
Fundos multimercado	8.813
Títulos privados	<u>11.215</u>
Títulos de renda variável	56.374
Investimento imobiliário	37.650
Outros ativos	<u>24.757</u>
	<u>396.605</u>

Até 31 de março de 2015, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 5.722. Deste valor, um total de R\$ 1.957 foi reconhecido em despesas com pessoal, pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 3.765 em obrigações com fundo de pensão.

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	<u>Percentual</u>	
	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Impacto no passivo total</u>
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Hipóteses econômicas

Taxa de desconto	5,9% a.a.
------------------	-----------

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	2,1%a.a.
Inflação	5,5.a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

22 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	34.976	35.668
Cíveis	30.574	32.711
Tributárias	<u>12.697</u>	<u>9.814</u>
	<u>78.247</u>	<u>78.193</u>
A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		78.193
Adições		4.982
Baixas/reversões		(6.974)
Atualizações monetárias		<u>2.046</u>
Saldo em 31 de março de 2015		<u><u>78.247</u></u>

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de março de 2015 é de R\$ 10.083 (R\$ 9.814 em 31 de dezembro de 2014) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Existem ainda R\$ 2.615 (R\$ 2.615 em dezembro de 2014) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Esfera		
Federal	10.083	9.814
	<u>10.083</u>	<u>9.814</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 203.248 em 31 de março de 2015 (R\$ 179.153 em 31 de dezembro de 2014).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de março de 2015 seria de R\$ 14.852 (R\$ 14.320 em 31 de dezembro de 2014).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de março de 2015 seria de R\$ 7.551 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2014).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de março de 2015 seria de R\$ 10.834 (R\$ 10.706 em 31 de dezembro de 2014).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 31 de março de 2015 é de R\$ 119.059 (R\$ 119.059 em 31 de dezembro de 2014).
- Em março de 2014 a CEG recebeu notas fiscais da Petrobrás fora do prazo onde a Secretaria Estadual de Fazenda entendeu que a tomada de crédito de ICMS foi indevida, razão pela qual emitiu A.I 03.461283-8. O valor foi contingenciado em 2015, apresentamos defesa e nossos advogados classificam o risco como possível.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de março de 2015, seria de R\$ 390.912 (R\$ 386.314 em 31 de dezembro de 2014) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 18) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 13.800 em 31 de março de 2015 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	64	72
Ex-empregados terceiros	829	881
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>43</u>	<u>43</u>
	<u>936</u>	<u>996</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas reduziu de R\$ 35.668 em dezembro de 2014 para R\$ 34.975 em 31 de março de 2015 (queda de 1,9%).

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>31/3/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ex-empregados CEG	6.456	6.237
Ex-empregados terceiros	<u>28.519</u>	<u>29.431</u>
	<u>34.975</u>	<u>35.668</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de março de 2015 R\$ 54.444 (R\$ 55.850 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
 - (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
 - (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
 - (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
 - (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (c) Contingências cíveis**

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.280, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da obrigação imposta; condenar a Ceg a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer.

- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então Estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 1.869. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável no montante de R\$ 22.425 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

23 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termelétrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Informações por segmento

Segmentos	Margem por segmento 31/03/2015							
	Residencial Acumulado	Comercial Acumulado	Industrial Acumulado	Termelétrico Acumulado	Automotivo Acumulado	Construção Acumulado	Outras Receitas Acumulado	Total Acumulado
Volumes m ³ mil (Não revisado)	18.583.062	19.758.901	141.702.681	601.443.050	188.576.265	0	0	970.063.959
Receita Bruta	104.119	48.494	182.379	377.998	220.352	37.506	24.673	995.521
Deduções	(21.697)	(10.356)	(35.142)	(1.890)	(47.693)		(2.570)	(119.348)
Receita Líquida	82.422	38.138	147.237	376.108	172.659	37.506	22.103	876.173
Custo	(13.369)	(14.471)	(106.562)	(353.650)	(143.714)	(37.506)	(290)	(669.562)
Resultado Bruto	69.053	23.667	40.675	22.458	28.945	-	21.813	206.611
Despesas/Receitas Operacionais								(114.214)
Resultado antes da Tributação								92.397
Provisão p/IR e Contribuição social								(31.734)
Lucro/Prejuízo do Período								60.663

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Segmentos	Margem por segmento 31/03/2014							
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Não revisado)	19.429	21.810	138.431	784.927	191.579	0	0	1.156.176
Receita Bruta	103.541	49.391	171.137	288.181	216.475	27.705	16.762	873.192
Deduções	(21.640)	(10.558)	(34.711)	(1.441)	(46.889)		(1.822)	(117.061)
Receita Líquida	81.901	38.833	136.426	286.740	169.586	27.705	14.940	756.131
Custo	(13.474)	(14.225)	(102.232)	(265.543)	(140.435)	(27.705)	(328)	(563.942)
Resultado Bruto	68.427	24.608	34.194	21.197	29.151	-	14.612	192.189
Despesas/Receitas Operacionais								(102.300)
Resultado antes da Tributação								89.889
Provisão p/IR e Contribuição social								(30.810)
Lucro/Prejuízo do Período								59.079

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	31/03/2015	31/03/2014
Receitas de serviços	23.417	15.470
Receitas de serviços taxados	1.145	1.181
Receita de aluguéis	111	111
	<u>24.673</u>	<u>16.762</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

24 Compromissos e contingências**24.1 Fornecedor de gás**

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Entre 18 de setembro de 2008 e 1º de agosto de 2013 foram assinados 9 aditivos ao contrato inicial determinando a prorrogação de sua vigência, com término em dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foi acordado a possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais – QDC's a partir de 2015.

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay (TOP) para o ano de 2015 a 2019. Embora os valores pagos a título de TOP possam ser compensados durante todo o prazo do contrato contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2014 não houve pagamento de TOP.

Ao final do 1º trimestre de 2015, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de TOP no final do ano.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

24.3 Antecipação de pagamento

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas assim dispostas:

Nº da Parcela	Percentual do Total	Valor (R\$ mil)	Data de Pagamento
Primeira parcela	5 %	2.333	05/01/2012
Segunda parcela	30%	14.000	05/07/2012
Terceira parcela	10%	4.667	05/11/2012
Quarta parcela	10%	4.667	05/03/2013
Quinta parcela	15%	7.000	05/06/2013
Sexta parcela	15%	7.000	05/09/2013
Sétima parcela	15%	7.000	05/11/2013

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Em 31 de março de 2015 o saldo do adiantamento é de R\$ 11.276.

25 Serviços e outros gastos gerais

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Serviços de manutenção	4.398	6.042
Serviço de profissionais independentes e contratados	22.421	19.898
Gastos gerais de escritório	(250)	634
Viagens e estadas	300	277
Aluguéis	2.375	2.138
Propaganda e publicidade	1.213	909
Despesas empresas do grupo	1.055	1.948
Perdas e recuperação de créditos	2.208	1.338
Provisões (reversões de provisões)	(2.260)	(3.510)
	<u>31.460</u>	<u>29.674</u>

26 Resultado financeiro

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	868	121
Atualizações monetárias e cambiais ativas	1.672	1.843
Receita de juros e encargos	2.499	3.067
Outras receitas financeiras	796	
	<u>5.835</u>	<u>5.031</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(70)	(71)
Encargos de empréstimo	(16.871)	(7.677)
IOF	(801)	(184)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(3.274)	(2.641)
Fiança bancária	-	(5.762)
Outras despesas financeiras	(7.399)	(1.521)
	<u>(28.415)</u>	<u>(17.856)</u>
	<u>(22.578)</u>	<u>(12.825)</u>

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2015****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****27 Resultado por ação**

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de março de 2014</u>
Numerador		
Lucro do exercício	60.663	59.079
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	51.925.105	51.925.105
Lucro por ação	<u>0,0012</u>	<u>0,0011</u>

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Ramos</u>	<u>Em reais</u>
	<u>Importâncias seguradas</u>
	(não auditado)
Risco operacional (*)	435.486
Responsabilidade civil geral (*)	217.763
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

29 Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2015 foram deliberados a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 36.356 e a distribuição de dividendos no montante de R\$ 124.084.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de

Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. - CEG (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2014, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, obtido das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2014 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 27 de abril de 2014 e 30 de janeiro de 2015, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro

Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2015, LAVRADA EM FORMA SUMÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2015, às 09:30h (nove horas e trinta minutos), na sede da sociedade, à Avenida Presidente Vargas, nº 1001, 8º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

PRESENCAS: Conselheiros representando a totalidade dos membros existentes no Conselho Fiscal, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. Além dos Conselheiros, encontravam-se também presentes à reunião os Srs. Renato Ramos e Maria Salete Garcia Pinheiro, representantes dos Auditores Independentes, a Sra. Samasse Leal, representante da Diretoria Econômico Financeira e Relação com Investidores, Sra. Anna Maria Bittencourt, representante da área de Controle de Gestão e a Sra. Monique Arnaud Bogado, representante da Diretoria de Serviços Jurídicos.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe Kfuri Moreira da Silva, que convidou a Sra. Monique Arnaud Bogado para secretariar a reunião, sob aprovação unânime dos presentes.

ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2015; 2) Apresentação dos resultados acumulados do 1º Trimestre de 2015; e 3) Aprovação do cronograma das próximas reuniões para aprovação das ITR's.

MANIFESTAÇÕES E SOLICITAÇÕES: 1) Foram analisadas, pelos conselheiros, as Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2015, sendo prestados os respectivos esclarecimentos pelo representante do Auditor Independente, que informou que o Parecer será emitido sem ressalvas; 2) Foram apresentados os resultados acumulados do 1º Trimestre de 2015 e 3) Foi analisada a inclusão do item 4.4 das notas explicativas, “Análise de Sensibilidade” do ITR do 1º Trimestre de 2015 e foi entregue o relatório dos auditores sobre os controles internos em 31.12.2014.

DELIBERAÇÕES: 1) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, opinaram pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2015; e 2) Foi aprovado o cronograma das próximas reuniões para aprovação das ITR's, que se realizarão nos dias 11.08.2015 e 11.11.2015, às 09:30h.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tendo sido lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de maio de 2015.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Manoel Eduardo Lima Lopes

Renato Achutti

Monique Arnaud Bogado

Secretária

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, opinam, por unanimidade, pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais relativas ao 1º Trimestre de 2015.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de maio de 2015.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Manoel Eduardo Lima Lopes

Renato Achutti